

O tratamento das nominalizações nos quadros da Gramática Funcional¹

Liliane Santana²

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista
Rua Cristóvão Colombo, 2265 – CEP 15054-000 – São José do Rio Preto - SP- Brasil
lilianesantana@uol.com.br

Abstract. *Dik (1985, 1997) and Mackenzie (1985, 1996, 2002) provide alternative hypothesis to the way nominalizations should be treated in the standard Theory of Functional Grammar. This paper aims at describing the argument structure of derived nouns in spoken Portuguese in search for evidence to confirm or not whether this type of embedded construction is provided with true arguments according to Dik's point of view or with satellites according to Mackenzie's point of view.*

Keywords. *Nominalization; Functional Grammar; arguments; satellites.*

Resumo. *Dik (1985, 1997) e Mackenzie (1985, 1996, 2002) fornecem duas hipóteses alternativas para o tratamento das nominalizações na Gramática Funcional standard. Este trabalho apresenta uma descrição da estrutura argumental dos nomes derivados no português falado objetivando confirmar ou não se esse tipo de construção encaixada é provido de argumentos verdadeiros, segundo o ponto de vista de Dik, ou de satélites, de acordo com Mackenzie.*

Palavras-chave. *Nominalização; Gramática Funcional; argumentos; satélites.*

1. Considerações iniciais

As nominalizações constituem um tipo secundário de termo, usado para se referir a entidades de ordem superior. Como construções encaixadas, seus constituintes típicos são operadores, predicados, argumentos e satélites (Dik, 1997).

A Gramática Funcional considera *argumentos* os termos que são requeridos pela semântica do predicado. Termos que fornecem informações adicionais são chamados de *satélites*. Argumentos são obrigatórios, enquanto satélites são facultativos, isto é, podem ser retirados da predicação sem prejudicar a informação essencial. Sendo obrigatórios, os argumentos da nominalização deveriam vir expressos. Entretanto, não é o que ocorre: dificilmente a estrutura argumental dessas construções é preenchida em sua totalidade.

Esse comportamento das nominalizações motiva duas diferentes posições teóricas no interior dos quadros da Gramática Funcional *standard*: de acordo com Dik (1985, 1997), os termos das nominalizações são constituintes argumentais, enquanto para Mackenzie (1985, 1996, 2002), eles devem ser tratados como um tipo de satélite.

Dada essa divergência, o estudo do comportamento das nominalizações proposto neste trabalho tem por objetivo principal verificar se, no português brasileiro (PB), os termos dos nomes derivados são satélites, tal como propõe Mackenzie (1985, 1996,

2002), ou argumentos, de acordo com Dik (1985, 1997), buscando explicações para a natureza controversa da estrutura argumental desse tipo de construção mediante a análise da relação entre propriedades sintático-semânticas decorrentes da estrutura valencial das nominalizações e a natureza informacional de seus constituintes.

Tendo em vista as propostas alternativas para o tratamento da estrutura argumental das nominalizações, a hipótese a ser ratificada ou rejeitada neste trabalho é a de que, de maneira geral, a valência do predicado *input* se mantém, tal como propõe Dik (1985, 1997), mas é o contexto discursivo que vai determinar o seu preenchimento ou não.

O universo de investigação consiste num *corpus* constituído por inquéritos de Elocução Formal (EF), Diálogo entre Informante e Documentador (DID) e Diálogos entre Dois Informantes (D2) do Projeto NURC-SP (Castilho & Preti, 1986, 1987), e o processamento quantitativo dos dados é feito eletronicamente mediante o uso do pacote estatístico VARBRUL.

2. As hipóteses de preservação e redução de valência

Dik (1985, 1997) considera que as nominalizações estão sujeitas aos ajustes formal e semântico em relação ao modelo de expressão prototípico. Segundo o autor, o Princípio de Ajuste Formal (PAF) explica como predicacões basicamente verbais adquirem propriedades nominais: uma predicacão encaixada atua como termo de uma predicacão mais alta e, por seu lado, termos se definem como expressões nominais.

Para estar de acordo com o PAF, as predicacões encaixadas necessitam adaptar-se à expressão de termos nominais; os ajustes mais comuns são: um operador de predicado passa a zero e, inversamente, zero a operador de termo; um predicado torna-se núcleo nominal; o primeiro e o segundo argumento podem tanto assumir a forma de um sintagma de possuidor quanto a de um adjetivo atributivo; um satélite adverbial só pode assumir a forma de um adjetivo atributivo. As nominalizações são, assim, resultado do ajuste ao padrão de expressão do termo nominal. Os termos dessas construções concorrem para a expressão na forma de um sintagma-de. Um dos argumentos, preferencialmente o segundo, toma a forma de um possuidor (Dik, 1997).

A posição de Dik – **hipótese de preservação de valência** - é a de que, na representação subjacente da nominalização, a valência quantitativa e qualitativa do verbo é mantida, ainda que seja freqüente o fato de, no uso, um ou os dois argumentos não serem formalmente expressos.

Sobre essas considerações gerais de Dik, no que diz respeito à hipótese de preservação de valência, Mackenzie faz os seguintes comentários:

A desvantagem [da hipótese de preservação da valência] é que as regras de ajuste [...] são estipulativas, não oferecem resposta à questão de por que as correspondências devem ser como elas são apresentadas. Além disso, não se dá indicação das circunstâncias sob as quais um complemento é ajustado ou não: a funcionalidade específica das nominalizações [...] não se reflete no formalismo. (1996, p. 11)³

À proposta de Dik, Mackenzie (1996) oferece uma alternativa, a **hipótese de redução de valência**, para a qual predicados nominalizados são, assim como nomes lexicais plenos, avalentes. O processo de nominalização está associado, assim, à diminuição dos argumentos da valência do verbo primitivo. A proposta de Mackenzie

prevê que o primeiro argumento potencial equivale a um satélite z, passível de ser omitido, e o segundo argumento, a um satélite y, quase tão essencial à predicação quanto argumentos.

Embora Dik reconheça que, freqüentemente, um ou os dois argumentos não são formalmente expressos, ele não explica as circunstâncias sob as quais os termos são ajustados ou não. Fica, assim, a questão: dado um predicado verbal mono, bi ou trivalente, por que o predicado nominal correspondente não preserva a valência do predicado *input*, isto é, por que somente um argumento (ou até mesmo nenhum argumento) aparece expresso?

Diante do impasse que se coloca para a explicação da não-expressão de argumentos, a proposta de Mackenzie torna-se tentadora: tratar os termos das nominalizações como satélites parece eficaz, já que satélite é informação acessória. Uma explicação como essa é vantajosa, na medida em que explica o fato textualmente evidente de que nominalizações são, em relação ao predicado verbal, caracterizadas por uma ausência marcada de valência real. A desvantagem, no entanto, é a multiplicação de termos metateóricos, como satélites z e satélites y, em oposição a argumentos, comprometendo a teoria na relação entre exaustividade e economia.

Estudos mais recentes desenvolvidos pela Gramática Funcional do Discurso discutem o papel dos esquemas de predicado dentro da Gramática Funcional *standard* e apresentam a possibilidade de substituí-los por esquemas de predicação mais gerais, no interior dos quais os lexemas, listados no léxico sem esquemas, são inseridos por meio de aplicação de regras de ligação.⁴

Uma evidência para a inadequação da noção de esquema de predicado deriva justamente do estudo de objetos não especificados. Garcia Velasco & Portero Muñoz (no prelo *apud* Garcia Velasco & Hengeveld, 2002, p.102-3) demonstram que a omissão de objetos é determinada por restrições de tipo semântico e de tipo discursivo. A diferença básica entre os dois processos é a de que omissão lexical requer a ausência de um referente possível para o objeto subentendido. Os autores mencionam Fillmore (1986 *apud* Garcia Velasco & Hengeveld, 2002, p.103), que observa o seguinte contraste:

- (1)a. Ele estava comendo ___; Eu quero saber o que ele estava comendo.
- b. Eles descobriram ___; # Eu quero saber o que eles descobriram.

Segundo Fillmore, não tem sentido perguntar ‘Eu quero saber o que eles descobriram’, em (1b), porque o objeto subentendido de ‘descobrir’ é óbvio a partir do contexto. Em contraste com (1a), é totalmente adequado admitir ignorância do referente do objeto implícito de ‘comer’. Garcia Velasco & Portero Muñoz mostram que é possível formalizar essa diferença, assumindo que esquemas de predicado (agora ‘esquemas de predicação’) são atribuídos *on line* e que os verbos transitivos que admitem omissão lexical assumem um esquema de predicado de um lugar em seus usos intransitivos, não permitindo, assim, um processo anafórico de recuperação do referente. Os autores postulam que esse processo pode ser pragmaticamente motivado, uma vez que ele licencia uma alteração no tipo semântico de estado de coisas (de Realização para Atividade) de um modo eficiente e econômico.

Essa motivação pragmática é verdadeiramente aplicável nas nominalizações que permitem a recuperação anafórica dos referentes no cotexto, sem, contudo, admitir

mudança semântica no tipo de estado de coisas que representam. Todavia, no uso genérico, as nominalizações acompanham o mesmo formato de verbos como ‘comer’, em que nenhum argumento tem pertinência, ou nos casos de predicados nominais de dois lugares, em que o agente, por exemplo, é uma noção implícita que não necessita de expressão formal.

A regra de formação de predicado, como propõem Garcia Velasco & Hengeveld (2002), passa a ser substituída pela regra de derivação de lexema, separando-se, assim, com maior nitidez, a sintaxe do léxico. Conseqüentemente, se um lexema tem mais que uma definição de significado, ele pode ser vinculado a mais de um esquema de predicação.

3. Argumentos ou satélites?

Tendo em vista as hipóteses de preservação e de redução de valência, defendidas, respectivamente, por Dik (1985, 1997) e Mackenzie (1985, 1996, 2002), a análise apresentada nesta sessão fornece uma leitura dos casos de nominalização no PB que permite assumir uma posição sobre que hipótese teórica adotar para a explicação do fenômeno em análise.

Na análise das ocorrências, verificou-se que: (1) a estrutura argumental do nome primitivo raramente é preservada nas nominalizações; nos casos de preenchimento formal, (2) os nomes monovalenciais mantêm 33.0% (32/97) de seu argumento único preservado, no caso, o sujeito potencial; (3) os nomes bivalenciais, que são majoritários, preservam 6.0% (11/196) de A_1 , em oposição aos nomes trivalenciais, que não expressaram formalmente esse argumento; (4) quanto ao argumento objeto potencial, 32.0% (62/196) dos nomes bivalenciais e 42.0% (5/12) dos trivalenciais apresentam A_2 ; por fim, (5) não foi constatada a expressão de A_3 , sendo assim, não houve preenchimento formal desses argumentos em 100% (12/12) dos casos (cf. Santana, 2005). Os exemplos contidos em (2) e (3) ilustram, respectivamente, casos de expressão A_2 e de preenchimento total da estrutura argumental:

- (2) *o paleolítico e período período...da pedra lascada...como vocês todos sabem... não é?... e...tem uma **duração** de aproximadamente seiscentos mil anos (EF-SP-405:48).*
- (3) *Doc.: Dona I. além da **participação** do artista... no filme quais os outros elementos importantes na sua opinião para que o filme seja bem sucedido bem aceito pelo público? (DID-SP-234:113)*

Uma explicação possível para a alta taxa de não preenchimento formal da estrutura argumental das nominalizações é a de que, como em geral a organização textual já fornece informação suficiente sobre os argumentos da predicação encaixada, é descabido expressá-la sob a forma de complemento nominal.

O baixo preenchimento formal da estrutura argumental pode ser explicado pelo estatuto informacional dos termos da nominalização. Os dados levam a acreditar que a expressão formal dos argumentos dos nomes derivados está diretamente ligada ao estatuto informacional dos termos envolvidos, ou seja, a preservação do argumento é o resultado do estatuto novo, enquanto a ausência de argumentos é resultado do estatuto dado.⁵

Dos 305 nomes analisados, 43 expressam formalmente A_1 ; é relevante observar que, dos 262 nomes cujo referido argumento não é expresso, somente 105 poderiam, de

fato, manifestá-lo. Desse total, 93.0% (98/105) são entidades textualmente evocadas. Sendo assim, não há necessidade de expressão, visto que, de alguma forma, podem ser retomadas. O exemplo abaixo ilustra a ocorrência de nominalizações cujo argumento sujeito potencial não é formalmente expresso, mas pode ser textualmente retomado:

(4) ... *eles conseguem chegar a uma fidelidade linear... da natureza...* (EF-SP-405:57)

Há nomes que, embora tenham a possibilidade de expressão do primeiro argumento, não o expressam formalmente e nem tampouco se encaixam no perfil de argumento evocado. O argumento desse tipo de nome pode ser retomado por mecanismos de preenchimento de valência. Esse tipo de ocorrência foi observado em 7.0% (07/105) dos nomes em que há possibilidade de expressão de A₁. Em (5), ilustra-se a ocorrência de oração relativa funcionando como mecanismos de preenchimento de valência:

(5) L1: ... *sabe? eu s/ e que a gente lê:: e::: sabe das dificuldades que o artista encontra*
(D2-SP-360:171)

Essas observações também valem para A₂ e A₃. No caso de A₂, 32.0% (67/208) dos nomes apresentam o segundo argumento formalmente expresso; dos 141 nomes restantes cujos argumentos não foram expressos, somente 19.0% (40/208) podem, de fato, manifestá-lo. Com base nesse total, é possível verificar que 85.0% (34/40) são argumentos evocados, que podem ser retomados, o que justifica a não expressão formal, como (6a-b) mostra:

(6)a. ... *ele percebeu que ele era capaz de CRIAR::... e criar uma imagem::... que TANTA semelhança... com o objeto real... que era a mão dele...* (EF-SP-405:52)
b. ... *então:: ele vai tentar usar esta criação... que ele e capaz de fazer... para garantir a caca...* (EF-SP-405:53)

A predicação (x_i: [criar_v (ele)_{Ag} (imagem)_{Me}] (x_i)) dada em (6a) fornece os argumentos que não são expressos na predicação nominal *ele vai tentar usar esta criação*, que é utilizada posteriormente. Os argumentos de (6a) são recuperáveis no contexto, não havendo necessidade, então, de expressá-los.

Nos casos em que o segundo argumento não é formalmente expresso, nem é recuperável no contexto, a valência pode ser preenchida por meio de uma oração relativa – ou seja, em 100% dos casos em que há possibilidade de expressão formal, mas os argumentos não são expressos, eles podem ser cotextualmente retomados.

Para A₃, embora não apareçam formalmente expressos, nos dois casos de possibilidade de expressão, trata-se de argumentos evocados, passíveis de recuperação no contexto, como ilustra o exemplo (7):

(7) L2: *perguntando diz que quem quebrou foi a mãe ((risos)) é sempre uma transferência de*

L1: e

L2: *responsabilidades* (D2-SP-360:143)

Em (7), as informantes falam sobre crianças e suas travessuras; L2 afirma que, quando as crianças quebram algum objeto, assumem a culpa ou acusam os pais. Para a ação de quebrar um objeto, L2 afirma que a criança transfere a responsabilidade para a mãe. Sendo assim, A₃ pode ser textualmente recuperado.

Em 40.0% (17/43) dos casos de expressão de A₁, trata-se de uma informação nova e, por isso, passível de expressão formal. Embora a maioria de A₁ seja de entidades evocadas, a incidência de entidades novas é também significativa. Quanto a A₂, as entidades novas correspondem a 58.0% (39/67) dos casos. O exemplo (8) ilustra nominalização cujo argumento é uma entidade nova não-usada:

(8) L2: e isso::éh significa um **aumento** de vencimentos...e e:: além de que...da/ dentro do aumento de vencimentos haveria...uma promoção de todo o pessoal que está agora... (D2-SP-360:149)

Em (8), a expressão formal do argumento, representado por *vencimento*, está diretamente vinculada ao fato de se tratar de uma informação nova, ou seja, de uma entidade nova não-usada, nos termos de Prince (1981).

Considerando os A₁, observa-se que as entidades por eles referenciadas são, em sua maioria, evocadas, com 49.0% (21/43) das ocorrências; as entidades inferíveis correspondem a 12.0% (5/43) dos casos. Os exemplos contidos em (9) e (10) ilustram casos de nominalizações cujo argumento A₁ é, respectivamente, uma entidade inferível e uma evocada:

(9) Doc.: dona I. além do filme em si a senhora acha que há alguma apresentação anterior que prende a **atenção do público** e até que ponto ela possa ser interessante ou não?

(10) Inf.: então é um grupo que estão fazendo uma promoção do Lanjal então eu vou com eles é inCRÍvel o que aparece lá os cortes que eles dão nas cenas e::música que pára artista que começa fora de de de de de::de horário que eles batem tudo então e o que aparece para nós na televisão é tudo muito::organizado não::e o teatro não né? o teatro tem que...eu acho que o **trabalho deles** é::é medonho...quer dizer o trabalho::em conjunto né?... (DID-SP-234:108)

No exemplo (9), os interlocutores discutem peças teatrais e, dentro desse contexto, o documentador quer saber a opinião da informante sobre o tipo de público dessas peças. Embora A₁ precise ser especificado, é possível inferi-lo a partir das referências dadas anteriormente no discurso. O argumento externo da nominalização *trabalho*, dado em (10), é expresso pelo pronome possessivo *deles*, o que indica que, em algum lugar do discurso precedente, esse argumento já terá sido expresso, sendo, posteriormente, retomado sob a forma pronominal. Cabe ressaltar que, nesse caso, a expressão do argumento se explica no fato de se tratar de uma referência de longo prazo que precisa ser retomada (o pronome *deles* é o equivalente às pessoas que trabalham no teatro).

A alta incidência de nomes evocados ocupando a posição de A₁ é uma forte evidência de que, normalmente, o argumento externo é a informação dada.

Passando, agora, ao tratamento de A₂, é possível verificar que, além da incidência majoritária de entidades novas não-usadas, 30.0% (20/67) são evocadas e 12.0% (08/77) são inferíveis. (11) e (12) ilustram casos de nominalizações cujo A₂ é, respectivamente, uma entidade inferível e uma evocada:

(11) L1: ah:: então não tem como

[

L2: então não pode ser feito um concurso...

L1: para apenas...

[

L2: porque significa

L1: preencherem

l

L2: um con/ concurso bem grande...para o **preenchimento** de vinte vagas...(quer dizer) então enquanto não for...não houver es/ esse projeto resolvido para o pessoal ter essa promoção para poder...ser aberto mais rápido não terá concurso enquanto não houver concurso continuam trabalhando (D2-SP-360:150)

(12) L2: houve uma série de irre/ éh.: de irregularidades... nas lis/ na apresentação da lista de classificação irregularidade foi engano...no no no fazer...na **confeção** da lista...de de aprovados hou/ houv/ começaram a haver alguns enganos...então o pessoal que mand/ entrava com mandado... (D2-SP-360:151)

Em *preenchimento de vaga*, contido em (11), é possível inferir A₂, já que os interlocutores estão falando sobre *concurso*. Já em (12), embora o argumento também seja formalmente expresso (*lista*), ele já havia ocorrido no discurso e, por isso, é entidade textualmente evocada.

Sabe-se que, normalmente, o argumento interno é a informação nova, focal. Justifica-se, assim, a predominância de A₂ ocorrendo como entidade nova não-usada, contrapondo-se à expressão majoritária de A₁ como entidade evocada. Representando uma entidade nova, o argumento precisa ser formalmente expresso.

Outro ponto que merece destaque é que a correspondência sintático-semântico entre predicados verbais e predicados nominais derivados, em termos de preservação ou não da estrutura argumental, parece refletir-se também no estatuto informacional das entidades representadas pelos argumentos. Com efeito, os dados fornecem evidência de que a convergência no A₁ da função sintática de sujeito e na função pragmática de tópico, comum nas sentenças simples do português, parece refletir-se também na estrutura argumental de predicções encaixadas como nominalizações, já que tanto num tipo de predicção, quanto no noutro, por ser dado, o sujeito pode receber freqüentemente a expressão de anáfora zero, enquanto A₂, dado seu caráter pragmático de entidade nova, deve receber freqüentemente a expressão de item lexical pleno.

A organização textual das nominalizações não é a única explicação possível para o baixo preenchimento formal da estrutura argumental de uma construção encaixada nominalizada. Há casos em que o aparecimento de argumentos é semanticamente bloqueado. No caso das predicções nominalizadas que não expressam argumentos, é difícil afirmar, com os dados obtidos, que nomes genéricos, que nem sempre poderiam ter argumentos expressos, mantêm a mesma estrutura argumental do predicado *input*. Os derivados genéricos prescindem, como muitos verbos passivos, por exemplo, de expressão argumental. Além disso, há casos em que o preenchimento argumental resulta uma construção gramaticalmente estranha.

Dos 305 nomes analisados, 14.0% (43/305) expressam A₁, 34.0% (105/305) têm possibilidade de expressão de A₁ – que, de algum modo, pode ser retomado. Desse total, restam 157 nomes que não permitem expressão de A₁. Do mesmo modo, dos 208 nomes bi e trivalentiais, 32.0% (67/208) expressam A₂, 19.0% (40/208), embora não o expressem formalmente, podem ter esse argumento retomado. Resta um total de 101 nomes que não expressam nem são passíveis de recuperar o segundo argumento. Trata-se, na verdade, de casos em que justamente os argumentos não podem ser formalmente expressos, ou porque o nome assume um estatuto genérico, ou porque trata de casos de recuperação textual de argumentos não expressos cuja manifestação no interior do SN

resultaria numa construção redundante e, portanto, agramatical.

No exemplo (13), qualquer informação é absolutamente dispensável, o que torna genérica a referência da nominalização: o nome expressa a noção verbal/adjetival em si, aproximando-se da estrutura prototípica de um nome de primeira ordem:

(13) *eu não tinha nada aqui e passo a ter a imagem da minha mão... e esta idéia de criação e que ainda () é representação... não foi aINda... estabelecido... (EF-SP-405:52).*

Já em (14), ocorre a impossibilidade de expressão de A_1 :

(14) *há uma fidelidade... linear a natureza... que consegue mostrar os animais:: em pleno movimento... (EF-SP-405:57)*

Embora não expresse, o argumento de (14) pode ser textualmente recuperado. A expressão de argumento nesse caso resultaria em uma construção agramatical.

4. Por uma estrutura de argumentos

O presente trabalho apresentou o tratamento que Dik (1985, 1997) e Mackenzie (1985, 1996, 2002) oferecem às nominalizações nos estudos desenvolvidos sob o ponto de vista da Gramática Funcional *standard*. Com base nas alternativas propostas pelos dois autores, enfocou a estrutura argumental dos nomes derivados na língua falada. A hipótese aqui defendida é a de que realmente os nomes derivados são dotados de uma estrutura valencial, tal como propõe Dik, sendo que a expressão formal dos argumentos e, conseqüentemente, o preenchimento das posições estruturais dependem crucialmente da distribuição de informação dada ou nova, ou seja, do estatuto informacional dos constituintes.

Geralmente, nem todos os constituintes de uma predicação verbal ou adjetival aparecem na forma nominalizada; em virtude do grau menor de complexidade categorial, a predicação encaixada resultante propicia um grau maior de versatilidade sintática no interior da predicação complexa. Em muitos casos, a expressão mantém um dos argumentos, normalmente o objeto da predicação *input*, que consiste em informação nova, mas pode prescindir de outros constituintes, inclusive do próprio SN na função argumental de sujeito – normalmente, a informação dada – que pode estar expresse no texto precedente. O mais baixo grau de complexidade categorial ocorre com os chamados *bare nominals*, os quais, desprovidos de constituintes e operadores, são tomados em sua acepção genérica, como qualquer nome de entidade referencial.

Desconsiderar nomes cujos argumentos não podem vir formalmente expressos dá margem a uma nova interpretação das ocorrências. Em todas as nominalizações analisadas, independentemente de sua valência, há o preenchimento total da estrutura argumental, seja por expressão formal, seja por mecanismos de preenchimento de valência não diretamente expressa. Isso permite afirmar que as nominalizações do PB têm, de fato, uma estrutura de argumentos. A expressão formal ou não dos argumentos das nominalizações é motivada por necessidades comunicativas de natureza pragmática.

É a relevância comunicativa que explica o não preenchimento da estrutura argumental: como a organização textual fornece informação sobre os argumentos da nominalização, é redundante expressá-los. Se não é informacionalmente importante expressá-los, os argumentos não recebem expressão formal. Nesse caso, a expressão argumental da nominalização representa um caso claro de adequação pragmática: a sintaxe, considerada como valência quantitativa, e a semântica, aqui considerada como

valência qualitativa, estão, nessa ordem, submetidas aos ditames da dimensão pragmática, aqui circunscritos ao estatuto informacional.

Resolvida a questão de saber se se trata ou não de uma estrutura argumental, é necessário resolver como essa visão dos fatos do português encontra uma explicação adequada no âmbito do arcabouço teórico adotado. As soluções encontradas no âmbito da Gramática Funcional *standard* foram a de Dik (1985, 1997) e a de Mackenzie (1985, 1996, 2002). As mudanças recentes da Gramática Funcional em direção à Gramática Funcional do Discurso, opção já prevista em Dik (1997), que vem sendo proposta por Hengeveld (2000), fornecem suporte teórico para as convicções de que os nomes derivados mantêm uma estrutura argumental. No âmbito da Gramática Funcional do Discurso, a proposta de Garcia Velasco & Hengeveld (2002) de esquemas de predicado sejam separados do predicado, em esquemas de predicação, permite uma distinção mais adequada entre o nível estrutural, aqui restrito à sintaxe, entendida como um estoque de esquemas estruturais, e o léxico, entendido como um estoque de predicados. Desse modo, por meio de mecanismo de ligação, aplicado *on line* na formulação, seleciona-se um esquema de predicação de zero, um ou dois lugares, conforme a natureza do lexema.

A ligação entre lexemas e esquemas de predicação não pode ser desenvolvida numa base bi-unívoca; pelo contrário, os lexemas podem assumir diferentes esquemas, se eles tiverem mais de uma leitura. Estendendo mais os fatos a fenômenos similares, neste trabalho, postula-se que essa abordagem seja aplicada, nos mesmos termos, aos predicados nominais derivados, com a evidente vantagem de dar caducidade à necessidade de escolha entre a hipótese de preservação de valência e a hipótese de redução de valência. Outra vantagem inegável é a de que manter o princípio de que o nome derivado é dotado de estrutura argumental deixa a teoria mais econômica, já que torna supérfluo considerar conceitos, como os de satélite z e satélite y, postulados por Mackenzie (1996).

Na análise apresentada neste trabalho, sustenta-se que a estrutura argumental permanece preservada, e a questão de quantos lugares o predicado nominal assume, antes dependente diretamente do esquema de predicado, é, agora, uma questão esgotada, se for considerada a proposta de esquemas abstratos de predicação.

A interpretação de que os nomes derivados preservam a estrutura argumental do predicado verbal e adjetival *input* faz justiça a alguns aspectos. Primeiramente, permite preservar a intuição de que há uma relação de correspondência semântica entre predicados verbais e adjetivais e predicados nominais. Em segundo lugar, permite preservar a intuição de que essa relação de correspondência se estende à diferença semântica entre argumentos e satélites, em função da diferença de expressão, garantida pelo acréscimo de *de* e *por* para a expressão de argumentos nas nominalizações e pela manutenção das preposições do predicado *input* para os satélites e para oblíquos. Finalmente, a manutenção ou não da estrutura argumental *input*, traduzida na diferença entre predicados intransitivos (zero lugar) e transitivos de um ou dois lugares, permite representar a diferença no estatuto informacional dos argumentos, em estrita obediência ao princípio de adequação pragmática.

¹ Este trabalho reúne parte dos resultados obtidos na dissertação de mestrado intitulada *A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados*, desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, na Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, na Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto; orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho.

³ Cf. original: The drawback is that the adjustment rules [...] are stipulative, offering no answer to the question why the correspondences should be as they are presented. Furthermore, no indication is given of the circumstances under which a complement is adjusted or is not: the specific functionality of nominalizations [...] is not reflected in the formalism.

⁴ Na Gramática Funcional *standard*, o esquema de predicado especifica informações quanto à (i) valência quantitativa, que se refere ao número de argumentos que um toma para formar a predicação nuclear, distinguindo-se predicados de um lugar (ou monovalentes), de dois lugares (ou bivalentes), de três lugares (ou trivalentes), e à (ii) valência qualitativa, que indica os tipos de argumentos que o predicado admite, bem como as restrições de seleção impostas sobre eles.

⁵ O estudo do estatuto informacional dos argumentos das nominalizações é feito considerando-se o contexto discursivo, com base na taxonomia proposta por Prince (1981) para as noções *dado* e *novo*: entidade *nova*, *inferível* e *evocada*.

Referências

CASTILHO, A. T., PRETI, D. (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*: materiais para seu estudo. São Paulo: T. A. Queiroz, v. 1, 1986; v. 2, 1987.

DIK, S.C. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: Bolkstein et al. (eds). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, 1985, p. 1-28.

_____. *The theory of Functional Grammar*. (Part II: Complex and Derived Constructions). Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GARCIA VELASCO, D., HENGEVELD, K.. Do we need predicate frames? In: MAIRAL USÓN, R., QUINTERO, M.J.P. (eds). *New Perspectives on Argument Structure in Functional Grammar*, Berlin: Mouton de Gruyter, 2002, p.95-123.

HENGEVELD, K. *The architecture of a Functional Discourse Grammar*. (Preliminary version) versão não publicada. Amsterdam, 2000.

MACKENZIE, J. L. Nominalization and valency reduction. In: BOLKESTEIN, A. M. et al. (eds). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, 1985, p. 31-51.

_____. English nominalizations in the layered model of the sentence. In: DEVRIEND, B., GOOSSENS, L., AUWERA, J. von der (eds). *Complex Structures: A Functionalist Perspective*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1996, p.325-55.

_____. The Predicate in Functional Grammar. In: MAIRAL USÓN, R., QUINTERO, M.J.P (eds). *New perspectives on Argument Structure in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002, p.1-38.

PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.

SANTANA, L. *A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados*. São José do Rio Preto, 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP.